

Economia & serviços

ODIA TERÇA-FEIRA 22.4.2003 11

http://www.odia.com.br/economia

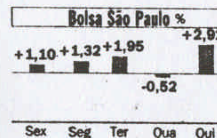
MAIS UM

Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, fraturou o tornozelo esquerdo durante partida de futebol com amigos. **Página 12**

REFORMA TRABALHISTA

Quanto mais simples, melhor

Tribunal Superior do Trabalho propõe ao presidente Lula simplificar a legislação trabalhista para as pequenas empresas. Presidente do TST, Francisco Fausto (foto), também pede mudanças na CLT. **Página 12**



Indicadores

▶ Salário Mínimo Nacional R\$ 240

Pisos do Rio R\$ 265 a R\$ 316

▶ Dólar comercial R\$ 3,037

INSS menor para informais

Proposta do Governo é cobrar menos e atrair para a Previdência Social trabalhadores sem carteira assinada, além de empregados domésticos

MARIA LUISA BARROS

Trabalhadores domésticos e do setor informal vão contribuir menos para o INSS, a partir da Reforma da Previdência. A proposta consta do relatório dos grupos temáticos do Conselho de Desenvolvimento Econômico. O Governo quer estimular novas adesões ao INSS, criando uma cultura previdenciária. Pela proposta, o instituto adotaria políticas de ampliação da cobertura dirigida a famílias que trabalham no mercado informal com uma alíquota de contribuição mais baixa, além de incentivar a regularização, que passaria a garantir benefícios, como auxílio-doença, licença-maternidade e seguro de acidentes de trabalho.

O tema será levado para dentro das salas de aula e sua divulgação contará com a participação de artistas conhecidos, que servirão de garotos-propaganda.

A intenção do Governo é estender a contribuição menor aos empregados domésticos. No Estado do Rio, os sindicalizados são 2.500, num universo de 700 mil – no País, as mulheres são maioria (90% dos 5 milhões de empregados domésticos). Hoje, o empregador que paga o mínimo (R\$ 240) desconta do salário

da doméstica 7,65% (R\$ 18,36) e contribui com 12,3% (R\$ 29,64), totalizando R\$ 48 somente para o INSS.

Apenas quatro em cada 10 contribuem para o INSS

Dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelam que os informais já são mais de 42 milhões de pessoas no País, em condições de subemprego e sem garantias trabalhistas. De cada 10, apenas quatro contribuem para a Previdência.

É o caso do vendedor de churros Roberto Barbosa Ferreira, 31 anos. "Não pago porque a contribuição é alta. Com esse dinheiro, é possível economizar e pagar a prestação de uma casa. Sendo mais barato, dá até para pensar em contribuir. Com a idade chegando, seria bom contar com um pé-de-meia", admite.

A vendedora de flores Sandra Alves Ferreira, 22 anos, também pagaria o INSS se o valor não fosse tão puxado. "Se diminuir o valor da contribuição, com certeza vale a pena, porque é uma segurança importante para quando a gente ficar mais velha", acredita.

Em Minas Gerais, Lula volta a defender reformas. Página 13



SANDRA diz que pagaria o INSS se a contribuição fosse menor

DANIELA CONTI

Outros pontos da reforma

■ **Clubes de futebol** – Redução dos benefícios concedidos. O INSS vai reavaliar a renúncia proveniente da contribuição diferenciada dos clubes de futebol.

■ **Filantropia** – Haverá maior rigor na concessão dos certificados, para pôr fim às instituições que se beneficiam, mas não praticam a filantropia (caridade).

■ **Anistia fiscal** – Emenda Constitucional vedará qualquer tipo de anistia fiscal. Haverá compensação por parte do Tesouro para as renúncias fiscais.

■ **Teto** – Ficará em R\$ 2.400 o teto para as aposentadorias de servidores e do INSS.

■ **Idade** – A aposentadoria por limite de idade entre funcionários públicos sobe para 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres). Haverá regra de transição para os atuais servidores. Se quiser antecipar a aposentadoria em até sete anos, o funcionário perderá 5% a cada doze meses.

■ **Sector público** – Serão dados incentivos para que o servidor permanença mais tempo na ativa.

Obstáculo

Um dos maiores entraves à aprovação da Reforma da Previdência será a taxa de inativos prevista no relatório do Conselho de Desenvolvimento. Pela proposta original, servidores aposentados que ganhem mais de R\$ 1.058 seriam descontados em 11%. A contribuição é considerada inconstitucional. A taxa de inativos foi tentada pelo Governo Fernando Henri-

que Cardoso, mas acabou derubada na Justiça. Agora está sendo retomada na gestão petista. A batalha já divide congressistas da bancada do PT. Uns prometem votar contra e outros sugerem a taxa de apenas dos inativos que recebam vencimentos acima R\$ 2.400. Se o item for aprovado na reforma, atuais e futuros aposentados do setor público pagarão pela mudança.